



Apreciação de vetos causa polêmica

O trâmite estabelecido regimentalmente para apreciação dos vetos apostos pelo Poder Executivo a projetos, ou partes deles, suscitou nova polêmica. Diversos vetos foram analisados pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na terça-feira (15) promovendo novamente a discussão que havia sido levantada nas reuniões anteriores e em Plenário.

Os deputados Onofre Agostini (PFL) e Joares Ponticelli (PP), que sistematicamente vêm se manifestando pela abstenção quando da análise destas matérias, questionam a situação de terem de manifestar-se através de voto aberto e sem efeito, enquanto os demais 31 parlamentares que não fazem parte da CCJ são salvaguardados pela condição do voto secreto.

Página 8



(foto Carlos Kilian)

Reuniões da Comissão têm sido marcadas pelos protestos dos parlamentares com a forma de apreciação

Reforma agrária

O Parlamento catarinense realizará sessão especial no Plenário, às 9 horas do próximo dia 7 de abril, com o tema "Reforma agrária: momento atual e perspectivas". Requerimento para a realização do evento foi assinado pelos líderes das bancadas.

Estão convidadas a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a Igreja Luterana, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). (DAB)

(foto Solon Soares)



Especial

Florianópolis completa 279 anos marcada pela degradação ambiental

Instalada CPI da Escola do Teatro Bolshoi

Página 8

Encontro recolhe assinaturas para reduzir recesso parlamentar

Com a meta de recolher 100 mil assinaturas em todo o Estado, em favor do Projeto de Emenda Constitucional nº 1/2004, que reduz o recesso parlamentar de 90 para 30 dias, foi lançada campanha na manhã de quarta-feira (16), na Assembleia Legislativa. O lançamento ocorreu durante audiência pública organizada pela deputada Ana Paula Lima (PT), autora original da proposta, endossada posteriormente pela bancada petista, que reuniu aproximadamente 150 pessoas em Plenário, entre entidades empresariais, trabalhadores, vereadores e diversas lideranças da sociedade organizada de todas as regiões do Estado.

(foto Bruno Corrêa da Silva)



Abaixo-assinado começou a ser abastecido pelos presentes à audiência pública na capital

Página 5

Destaques do carnaval homenageados no Legislativo



Carnavalescos deram um espetáculo durante o evento proposto pelo deputado Duduco

Entidades e carnavalescos que se destacaram ou estiveram diretamente envolvidos na organização do carnaval catarinense deste ano foram homenageadas na noite do dia 10 pelo deputado Nilson Machado - Duduco (sem partido). Os prefeitos da capital e de três cidades do Estado também foram homenageados pelo incentivo e apoio financeiro às instituições e agremiações ligadas ao carnaval. O prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), o de São Francisco do Sul, Odilon Ferreira Oliveira (PMDB), e o

de Joaçaba, Armindo Haro Netto (PMDB), receberam o diploma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por suas administrações. Raimundo Colombo (PFL), prefeito de Lages, foi representado por sua assessoria.

"A homenagem é uma forma de incentivar aqueles que fazem o carnaval dentro e fora das baracões das escolas", disse Duduco, lembrando das dificuldades financeiras que enfrenta a maioria das escolas de samba. "Vocês são pessoas especiais, preocupadas com a cultura", elogiou. (MAP)

Parabéns São José e Florianópolis

É com imensa alegria que saúdo os 255 anos de São José, a cidade das novas oportunidades, que é motivo de orgulho para todos nós e, acima de tudo, orgulho para sua gente, para a região, para o Estado de Santa Catarina e para o Brasil.

Muito me apraz registrar de forma toda especial o transcurso do aniversário da capital do meu Estado, a cidade de Florianópolis. Completa seus 279 anos de emancipação, sendo a capital com a melhor qualidade de vida do Brasil.

Sinto-me honrado, como representante parlamentar da Grande Florianópolis, em dirigir-me a estas duas grandes cidades com a responsabilidade de estar sempre atento às matérias de interesse destes municípios nesta casa.

Nada mais justo que estes meus parabéns sejam dados a cada cidadão josefense e florianopolitano que fazem destas cidades o orgulho de Santa Catarina.

Deputado Djalma Berger (PSDB)

OPINIÃO

O papel da Comissão

O orçamento é a principal peça da gestão pública. A formatação, execução e a fiscalização das contas públicas é o eixo de ação primária dos gestores e legisladores. Neste sentido, a Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa tem papel importante na articulação e desenvolvimento dos objetivos do poder público catarinense.

Ao longo dos tempos, os gestores públicos têm dado exemplos de bastante habilidade na ação arrecadatória. Já na aplicação de tais recursos não têm demonstrado tanta afinidade. Déficit financeiro e contas a pagar, além de desvios, ocupam inúmeras matérias jornalísticas Brasil a fora. A ação predatória do patrimônio público, bem como o aumento da insatisfação popular quanto aos investimentos públicos, têm pautado a agenda das discussões de nossa sociedade. Políticas públicas ineficientes demonstram a inabilidade executora de muitos governantes.

A participação e a consulta popular objetivam o aperfeiçoamento das relações institucionais na elaboração de ações contundentes, a fim de satisfazer as necessidades da sociedade. Esta atuação melhora em muito a relação política dos gestores públicos. Além disso, a transparência das ações aperfeiçoa o exercício da cidadania.

Com a nova composição da Comissão de Finanças e Tributação, assumimos a presidência com o objetivo de dar ainda mais transparência e agilidade ao processo legislativo, no que tange às contas públicas. Entendo que tanto a arrecadação quanto os investimentos devem ser demonstrados, executados e sugeridos a partir da vontade popular. O desejo do cidadão é o elo entre os princípios da administração pública e a efetivação das políticas aplicadas.

Todavia, merecem atenção os procedimentos desenvolvidos pelo governo a fim de aplicar os recursos que, via de regra, servem para atender às demandas da sociedade. A atuação fiscalizadora do Legislativo ganha destaque na execução e implementação do processo de audiências públicas, análise de projetos e proposição de encaminhamentos relativos a essas necessidades. O olhar atento do deputado, juntamente com a organização da sociedade, trará resultados à altura dos desejados.

Desta forma, a Comissão de Finanças e Tributação será a caixa de ressonância das vontades populares, capitaneada pela objetividade e transparência, que exercerei na condição de presidente.

Deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)
2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa
Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenadora: Cármen Leite Rovira
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira, Denise Arruda Bortolon, Magda Audrey Pamplona e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Derreck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortez Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Níkolos Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Bruno Corrêa da Silva e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Estagiários Progr. Antonieta de Barros: Suelen Regina Hilário e Rodrigo César de Araújo

Qualidade dos combustíveis: campanha para cumprir a lei

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Integrantes do CSQC (Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis), fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda e do Procon-SC iniciaram na manhã de segunda-feira (14) campanha contra a adulteração de combustíveis, espalhando cartazes de estímulo para que a população denuncie irregularidades. O Posto Rita Maria, no centro da capital, foi o marco inicial, dando cumprimento à Lei nº 13.325/05, do deputado Onofre Agostini (PFL).

Este primeiro evento, iniciado em Florianópolis e que se estenderá a todo o Estado, destina-se a fiscalizar os postos de combustíveis que, pela lei, ficam obrigados a exibir, ostensivamente, o nome da empresa fornecedora, de maneira correta e clara, assegurando ao consumidor conhecimento da origem e da qualidade do produto. Saulo Vieira, do CSQC, enfatizou que a lei também determina que as empresas não poderão fornecer produtos combustíveis a postos revendedores que exibam marca e identificação visual de outra distribuidora.

A coordenadora de fiscalização do Procon estadual, Zoraide Alves, anunciou que o posto que não ostentar o cartaz e

desobedecer a lei será autuado e multado de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. "As multas vão de R\$ 212 a R\$ 3 milhões. A novidade agora é que, antes, somente os postos eram punidos, e agora as distribuidoras vão passar a ser penalizadas", observou. Para denunciar fraudes e adulteração de combustíveis, os consumidores devem ligar para a Secretaria Estadual da Fazenda (48-216-7667), Procon/SC (48-228-5123) ou CSQC (48-232-1154).

Segundo Agostini, a lei que entrou em vigor no dia 20 de janeiro,



Agostini deu explicações em conjunto com entidades envolvidas na proposta



pod ainda impedir a sonegação de impostos, principalmente o ICMS. Azize Dibo Neto, representante do Procon, disse que a afixação do telefone será obrigatória e não poderá ser camuflada. Durante a entrevista, foi sugerida pelo presidente do Brasilcom (Sindicato das Distribui-

doras Regionais Brasileiras de Combustíveis), Maurício Rejaile, a criação de um Termo de Conduta. Participaram ainda representantes do Sindipetro, CSQC, Polipetro, Sincombustíveis, RDP Petróleo, Potencial, Sindopolis, Sindicom e Procon, que concordaram em criar um Termo de Conduta. (CA/DAB/TM)

Feira de alerta ao consumidor

O Dia Internacional do Consumidor foi comemorado no dia 15, na Assembléia Legislativa, com a realização, durante todo o dia, da Feira de Alerta ao Consumidor. O evento lembrou também o aniversário de 15 anos do CDC (Código de Defesa do Consumidor) Lei Federal nº 8.078/90, que foram completados em setembro deste ano.

A Feira buscou esclarecer a população sobre seus direitos e apresentou o trabalho que vem sendo feito na promoção e defesa destes direitos pelas entidades e órgãos que atuam na área. Foi uma iniciativa do MP-SC (Ministério Público de Santa Catarina), Procon (Programa Estadual de Defesa do Consumidor), Adocon-SC (Associação Catarinense de Defesa dos Di-

reitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores) e Legislativo catarinense. Participaram também Inmetro (Instituto Nacional de Normalização e Qualidade Industrial), Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina).

Na abertura, o deputado Onofre Agostini (PFL) manifestou-se favorável à reivindicação dos órgãos de defesa do consumidor e disse que está propondo que apresentem um anteprojeto para encaminhar ao governo do Estado "Se o governo não tomar a iniciativa, a Assembléia vai tomar", disse destacando ainda que quem defende os consumidores não são somente os órgãos de defesa, mas a própria sociedade que está organizada. (CA)



Deputada Odete durante abertura do evento, junto a promotores de Justiça

Manifestações em Plenário

Vários parlamentares manifestaram-se sobre o Dia Internacional do Consumidor durante a sessão plenária do dia 15. A deputada Odete de Jesus (PL) foi a primeira a exaltar os grandes avanços nas relações entre consumidores e o comércio em geral. O Código de Defesa do Consumidor brasileiro é considerado um dos instrumentos legais mais eficientes e completos do mundo pela proteção do cidadão contra os abusos do poder econômico, lembrou Odete.

"Parabéns ao Ministério Público, Coordenadoria de Apoio Operacional ao Consumidor, dirigido por Jackson Corrêa e à Adocon (Associação das Donas de Casa), na figura da guerreira Elizabeth Basso", afirmou.

O deputado Francisco Küster (PSDB) lembrou que as telefonia fixa e celular são campeãs das reclamações dos consumidores no Procon. "O desrespeito é quase inacreditável. Muitas vezes os consumidores sequer conseguem formalizar a reclamação ao ligar para estes serviços", disse, citando também os bancos como grandes inimigos do consumidor, por cobrarem juros exorbitantes e um número exagerado de taxas.

Sistema – O deputado Di-

onei Walter da Silva (PT) informou que, para aprimorar ainda mais o Código de Defesa do Consumidor, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Pará desenvolveram o Sindec (Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor). O sistema facilita a pesquisa dos problemas que os consumidores mais enfrentam e mostra quais as empresas campeãs de reclamações. Ele defendeu a implantação do Sindec em Santa Catarina.

Segundo o parlamentar, o Estado já assinou um ofício de adesão, enviado após uma reunião de apresentação dos requisitos necessários para a implantação do Sindec, em agosto de 1994, mostrando interesse em participar deste convênio e assim, também, facilitar a criação de um sistema integrado nacional. "O problema é que ele foi assinado, mas o processo parou por aí. Para efetivá-lo, é necessário um técnico treinado, adequação dos procedimentos internos à linguagem do software, elaboração do cadastro estadual de reclamações fundamentadas e disponibilização dos instrumentos concedidos através do Sintec aos órgãos municipais de defesa do consumidor, propiciando assim a integração estadual e nacional". (TK)

Empresários pedem respaldo para Código do Contribuinte

Representantes do Sistema Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), liderados pelo presidente José Fernando Faraco, participaram de encontro com o presidente Julio Garcia (PFL) e com o deputado Antônio Ceron (PFL), na manhã de quarta-feira (16) eles entregaram um esboço do Código de Direitos e Deveres do Consumidor. A intenção dos empresários é obter respaldo dos parlamentares para que seja criado projeto de lei suprapartidário afim de implantar esse código e assim estreitar o relacionamento entre o fisco e o contribuinte.

A criação da lei foi sugerida pela Fiesc, através de um estudo feito pelo Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina, buscando garantir uma relação entre o fisco e o contribuinte, desmitificando a relação autoritária que existe nos dias de hoje. "Esse código institui uma convivência harmoniosa entre o contribuinte, o fisco e o Estado e, além disso, dá condições para a criação de uma câmara de ética para dar equilíbrio a novas propostas da legislação tributária", observou Faraco.

Julio Garcia lembrou que o senador Jorge Bornhausen (PFL) apresentou o projeto em Brasília e que também a OAB sugeriu a proposição para a Alesc.

Ele encarregou o deputado Ceron de dar o encaminhamento necessário para o trâmite da matéria. "O nascedouro do projeto foi no Senado Federal, em texto apresentado pelo senador pefelista, e tentamos adaptá-lo em Santa Catarina. Como era final de sessão legislativa, não conseguimos evoluir a proposta. Mas já começamos a discutir o assunto e o Ceron está empenhado no encaminhamento. Vamos buscar a agilização da tramitação, discutindo com os líderes aqui na Casa. Pretendemos fazer um projeto suprapartidário", assinalou o presidente.

Ceron destacou que, se os líderes encamparem o projeto, a tramitação será rápida. "Discutiremos em audiência pública com a sociedade e empresários e levaremos a Plenário esse projeto de lei que é um divisor no capítulo da cidadania, no estabelecimento de relação de igualdade jurídica entre o fisco e o contribuinte", complementou.

Faraco ressaltou ainda que os estados de Minas Gerais e Paraná já possui a lei sancionada e em Santa Catarina vai atrair investidores, pois existe uma regulamentação de afinidade en-



Tramitação será agilizada depois de audiência pública e com acerto entre líderes de bancada

tre o contribuinte o fisco. "O Código, num grande resumo, é um estuário de cânones na direção de proteger o elo mais fraco da relação tributária, contendo os inúmeros abusos de que são vítimas os contribuintes. Tem o propósito de robustecer a cidadania fiscal, fazendo com que, em assunto de cobrança e fiscalização de impostos, Santa Catarina se profile junto ao mundo moderno", enfatizou. (CA)

Campanha contra MP 232

No próximo dia 28, às 10 horas, o Plenário Osni Régis será palco do lançamento de campanha oficial contra a Medida Provisória 232, que eleva a carga tributária de prestadores de serviços e dos pequenos produtores agrícolas. A proposta apresentada pela Câmara de Dirigentes Lojistas da Região Metropolitana de Florianópolis, pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina e OAB/SC na segunda-feira (14), foi prontamente aceita pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL).

Garcia recebeu Kissao Thais, Nilson José Goedert e Angela Regina da Cunha Leal, respectivamente presidentes da Câmara e do CRC-SC de Santa Catarina, e a secretária da OAB/SC. "O assunto precisa ser debatido por toda a sociedade", sintetizou o presidente.

Ampla - A advogada Angela Regina explicou que a campanha será voltada para todas as classes sociais, inclu-



Angela, entre os presidentes do CRC e da CDL: "Linguagem simples e clara"

sive as donas de casa. "Até agora foi usada uma linguagem mais técnica, que não atingia todos os níveis da sociedade. Agora nos preocupamos em fazer um texto mais simples, para a dona de casa entender que, ao comprar produtos no supermercado, ela estará pagando mais caro, graças à alta carga tributária", disse.

A campanha foi viabilizada, de acordo com Nilson Goedert, por um mutirão promovido pelas institui-

ções envolvidas. "O CRC, por exemplo, elaborou toda a explicação técnica da MP 232, e outras entidades viabilizaram horários de propaganda na tevê e rádio, que colaboraram de várias formas. Esta pode ser considerada a maior campanha contra a MP 232 realizada em todo o Brasil", afirmou Goedert. A campanha terá outdoors nas ruas a adesivo para carros.

Desde o dia 12 de janeiro, data em que as entidades civis de todos os segmentos da sociedade participaram de um manifesto de repúdio à MP 232, o número de protestos não parou de crescer.

A MP 232, editada no final de dezembro de 2005, elevará, em menos de 30 dias, a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de 32%, para 40%, para as prestadoras de serviços que optam pelo lucro presumido, exceto transportadoras e hospitais. (TK)

Vanio relata viagem a EUA

Integrante da comitiva do vice-governador Eduardo Pinho Moreira aos Estados Unidos, em que estão programadas visitas a Boston, Miami e Nova York, o deputado Vanio dos Santos (PT) concedeu na tarde de terça-feira (15), direto de Miami, na Flórida, entrevista à Rádio Alesc Digital. O grupo de trabalho esteve no estande de Santa Catarina num evento sobre transportes marítimos e turismo.

"Nosso Estado recebe de 12 a 15 grandes navios de cruzeiro marítimo, mas infelizmente não temos capacidade estrutural para receber dignamente estes milhares de turistas, que poderiam deixar milhões de dólares na economia local, gerando muitos empregos. Precisamos de atracadouros com alfandegamento em São Francisco do Sul, Porto Belo, Itajaí, Laguna, Imbituba e principalmente em Florianópolis", declarou Vanio. O deputado informou ainda que na quinta-feira (17) a comitiva estaria em Nova York, para um jantar com o cônsul-geral do Brasil e, finalmente, na segunda-feira (21), por um período de três a quatro dias, ficaria em Boston. "Aqui, na Flórida, vivem 500 mil brasileiros, o que explica a importância de incrementar o intercâmbio entre o Brasil e EUA. Já na região de Boston há 25 mil catarinenses, a maioria de Criciúma, organizados em entidades que merecem a nossa visita", disse Vanio. (RV)

“Recesso menor moraliza a política”

(foto Alberto Neves)

A redução do recesso parlamentar, segundo a deputada Ana Paula Lima (PT), “além de moralizar a política vai diminuir a necessidade das convocações extraordinárias, com economia para o poder público”.

O deputado Francisco de Assis (PT) disse que a discussão sobre o tema é longa e que é preciso não confundir recesso com férias. “Férias é descanso e recesso é dedicação ao trabalho.” Assis, durante seu pronunciamento, convidou os municípios para a audiência pública marcada para o próximo dia 29, às 15 horas, no Plenário, com o tema “Reforma Política”, que vai discutir, entre outros assuntos, a fidelidade partidária.

Ao pedir cautela na análise da proposta, alegando também que 90 dias de recesso não é período de férias, o deputado Antônio Ceron, líder do PFL, alertou para a necessidade de alteração do Artigo 57 da Constituição Federal, que estabelece o período de recesso, sem o que qualquer decisão do Legislativo estadual seria inconstitucional.

A afirmação que foi contestada pela deputada Ana Paula, sob a alegação de que a Assembleia Legislativa e as câmaras de vereadores têm autonomia para alterar o período.

A tripla jornada de trabalho desenvolvida pelas mulheres em geral foi lembrada pela deputada Odete de Jesus (PL) em argumento na defesa da redução. “Dou meu apoio a essa decisão, mesmo que algumas pessoas não gostem”, declarou.

Substitutivo - Uma emenda substitutiva global apresentada pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli, presente ao debate, estabelece recesso de 60 dias, 30 no começo do ano e 30 em julho. “Temos um mandato de representação popular. É ne-



Vereadores, lideranças empresariais, de trabalhadores e comunitárias vieram de todo o Estado para o evento

cessário ter cuidado para não cometer erros, como foi a redução do número de vereadores. Diminuí o número, mas o repasse para as Câmaras é o mesmo”, assinalou.

Entre os municípios que já reduziram o recesso estão Blumenau e Jaraguá do Sul,

ambos para 45 dias, e Pomerode, para 60 dias. Outros municípios, como Guarimirim, Rodeio, Timbó, Penha e Criciúma estão com o projeto em tramitação.

Igualdade - O presidente da Câmara de Vereadores de Pomerode, Arno Müller, pre-

sente ao encontro, informou que o município foi o primeiro a acabar com o recesso do mês de janeiro e defendeu a igualdade de direitos entre os trabalhadores, a exemplo de outras manifestações ocorridas durante a audiência pública. “Se o trabalhador tem 30 dias de férias, por que o vereador e o deputado têm que ter mais?”, questionou.

Ao final do encontro, a deputada Ana Paula Lima anunciou que as assinaturas coletadas em favor da redução

do recesso serão anexadas ao projeto em análise. “A intenção deste abaixo-assinado é pressionar os deputados da Assembleia Legislativa a colocarem o projeto em discussão e votação. Ele foi apresentado há um ano e está com a tramitação paralisada.” (RMPP)

Banicultores preocupados com portaria

(foto Solon Soares)

Os banicultores de Santa Catarina reuniram-se na manhã de terça-feira (15), com a Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), quando pediram apoio ao movimento dos produtores catarinenses contra a edição da Portaria 96 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Se for publicada, a portaria restringirá o trânsito da fruta e de mudas de bananeira entre os estados que estão em área livre ou de mitigação de risco da doença sigatoka negra.

Os produtores, através da Febanana, juntamente com técnicos da Cidasc e Epagri, receberam a minuta da instrução normativa. “Existem estados que são beneficiados pelo Ministério, como Mato Grosso, norte de Minas e Bahia. Os mais afetados são Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, que podem ter seus produtos impedidos de trafegar por outros estados e também ter seus caminhões queimados. Como somos destaque na exportação da banana, com certeza, seremos os mais atingidos. Para isso, fizemos várias reuniões e estamos sugerindo alterações e mudanças na Portaria 96”, disse Jaime Milltimann, presidente da Febanana.

Providências - Caramori pediu encaminhamento de ofício ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimen-

to, Roberto Rodrigues, para agendar audiência e discutir mudanças na Portaria. “Os produtores vão se empenhar em convidar técnicos e associações de outros estados atingidos. Nós agendaremos a audiência e esperamos contar com a presença da senadora Ideli Salvati (PT) e dos deputados Cláudio Vignatti (PT) e Odacir Zonta (PP) para sensibilizar a Comissão de Agricultura da Câmara Federal a entrar no processo. O que não podemos admitir é que o produtor seja sacrificado, já que a maioria é de pequenos agricultores familiares”, enfatizou. Presentes ainda na reunião os deputados Dionei Wálter da Silva (PT) e Francisco Küster (PSDB), o fiscal federal de agropecuária da Superintendência Federal de Agropecuária e Sanidade Vegetal em Santa Catarina, Fernando Heilmann, técnicos da Cidasc e da Epagri.

A doença apareceu pela primeira vez em 1963, nas Ilhas Fiji, no Vale de Sigatoka, continente asiático. No continente americano, a doença foi detectada pela primeira vez em Honduras, em 1972; em 1979, já estava na Costa Rica; em 1981 foi registrada na Colômbia; em fevereiro de 1998 chegou ao Brasil. Propaga-se por meio de dois tipos de esporos, conhecidos como conídios e ascósporos, lesionando e necrosando as folhas e transmitindo-se pelo vento a grandes distâncias. (CA)



Produção catarinense está sendo prejudicada pela Portaria

Barragem e índios

A deputada Ana Paula Lima (PT) formalizou, no dia 10, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente pedido de audiência pública no início de abril com a finalidade de debater a grave questão do complexo de contenção de cheias do Vale do Itajaí.

“Nos últimos dias temos acompanhado notícias relacionadas à ocupação pelos índios da barragem norte, em José Boiteux. Esta é a barragem mais nova e de maior capacidade de retenção de águas do complexo que protege a região das enchentes”, resumiu.

A deputada diz reconhecer como legítimo o pleito da comunidade indígena que reclama indenização pelas áreas que foram ocupadas, mas acredita que juntamente com a Funai e a Procuradoria da República se encontrará uma solução pacífica para a questão, que se arrasta há anos. (SD)

Meio Ambiente

Florianópolis, aos 279 an

Carlos Agne

Florianópolis completa 279 anos no dia 23 de março, mas não tem muito o que comemorar no que tange à questão ambiental. Pelo contrário, tem a fiscalizar e procurar instituir mecanismos para coibir os abusos que estão sendo cometidos, a exemplo das invasões em áreas de preservação permanente, desmatamentos, ocupação desordenada dos solos e a favelização. Apesar desses problemas, é considerada a Capital Nacional da Mata Atlântica, segundo levantamento realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), documento que consta no Atlas dos Municípios de Mata Atlântica.

Com uma área de cerca de 423 quilômetros quadrados, o relevo da Ilha de Santa Catarina é marcado pela associação de duas unidades geológicas maiores, a elevação dos maciços rochosos e áreas plenas de sedimentação, atravessada em toda a sua extensão por uma dorsal central, cujos divisores de água separam as pequenas bacias fluviais e planícies costeiras. Quando de sua fundação, suas encostas eram cobertas originalmente por floresta ombrófila densa (comumente chamada de Mata Atlântica), e suas planícies por vegetação de restingas, além de manguezais e floresta de planícies quaternárias. Assim, a Ilha possuía, num pequeno espaço, uma enorme variedade de ambientes naturais que compunham os seus vários ecossistemas.

A partir do século XVIII, com a colonização, iniciou-se uma rápida degradação desses ecossistemas em consequência das práticas agrícolas que levaram ao desmatamento quase integral da Ilha. A cobertura original foi desmatada em cerca de 76%, considerando as áreas de restinga, manguezais e florestas, sendo essas a formação vegetal mais atingida. Posteriormente, com o declínio do ciclo agrícola no nosso século, começou um processo de recuperação espontânea da vegetação original, embora sem a riqueza da biodiversidade que foi comprometida em pelo menos 250 anos de ocupação e exploração dos ambientes.



(fotos Solon Soares)

Dunas são invadidas

No litoral nordeste, as dunas de Ingleses e Santinho formam um único complexo que se liga às dunas da Praia do Moçambique, inseridas no Parque Florestal do Rio Vermelho. As dunas do Campeche e da Armação do Pântano do Sul, no litoral sudeste, vêm sendo alvo da devastação. Nesses locais estão protegidas extensas áreas de cerca de 443 hectares de importante ambiente costeiro, onde se encontra vasta vegetação de restinga, herbácea, arbustiva e arbóreas, além de dunas móveis, fixas e semifixas.

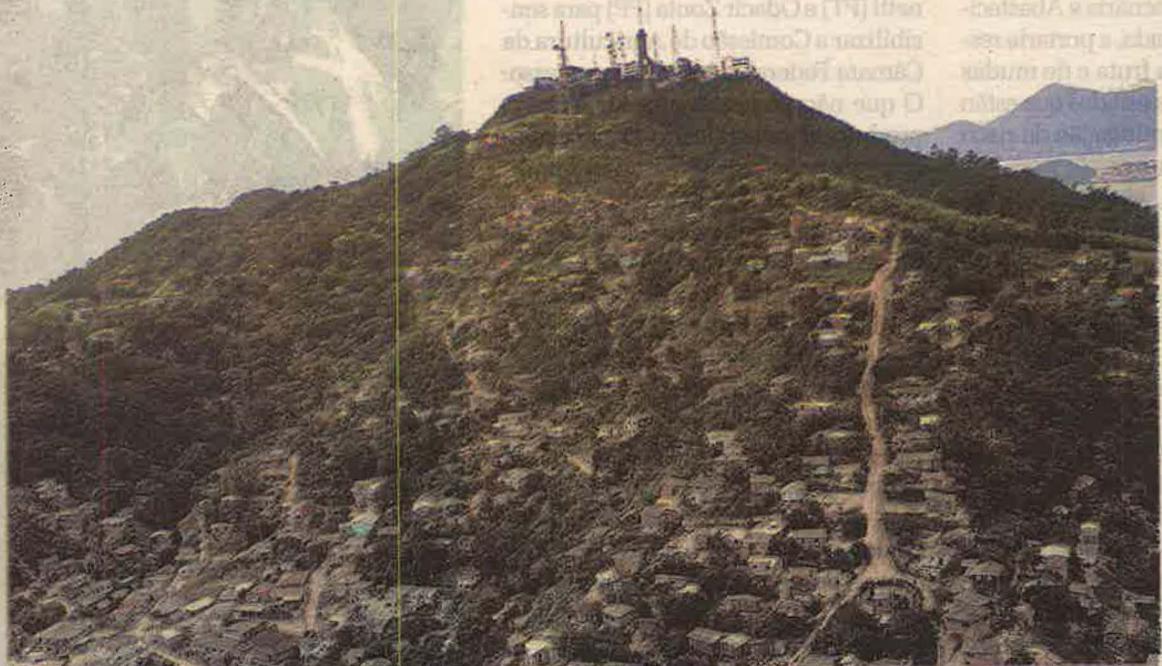
Em todas essas áreas existem problemas de invasão por moradias, sendo que as dunas de Ingleses têm um crescente processo de invasões de populações de baixa renda. Mas, em grande parte dos casos, as invasões são realizadas por pessoas das classes média e alta com suas casas de veraneio.

Invasão das Dunas dos Ingleses resultou na Favela do Siri. De acordo com a Floram, a invasão está consolidada e agora a solução está na transferência dessa população para outro local. Aquífero existente já está comprometido.

Ocupação desordenada do espaço natural

O crescimento urbano, na metade do século passado, acelerado por políticas sociais, econômicas e urbanas equivocadas que apostavam na criação de uma metrópole catarinense, concentrando na Ilha empresas e serviços públicos que deveriam estar distribuídos pelo Estado, os ecossistemas passaram a sofrer novos impactos provocados pela ocupação desordenada do espaço natural. A partir dos anos 80, com o novo ciclo econômico, caracterizado pela indústria sem chaminés, o turismo, associado à construção civil, o processo de urbanização, ampliado pela especulação imobiliária, estendeu-se aos balneários, sujeitos a uma rápida ocupação verticalizada e adensada, que não foi sequer acompanhada pela criação de uma infra-estrutura viária e de saneamento, permitindo-se a ocupação de dunas, áreas de marinha e o deságüe de esgotos nas praias.

A omissão ou impotência da administração pública e dos órgãos de fiscalização ficou amplamente demonstrada, já que sempre existiram suficientes instrumentos legais para se ter ordenado um processo que estava no seu começo. Este tipo de ocupação, desencadeada nas últimas décadas, é muito mais danoso que o promovido pelo ciclo econômico anterior, pois a urbanização, ao contrário das atividades agrícolas e florestais, não



Maciço do Morro da Cruz está praticamente todo invadido e a mata na maior parte devastada

permite nenhuma regeneração das condições originais, constituindo dessa forma um comprometimento definitivo dos ambientes naturais. Além do fato de que as áreas ainda preservadas ficam

sujeitas a uma preocupante fragmentação de ambientes, que, cada vez mais isolados entre si, pelas estruturas urbanas, geram manchas verdes empobrecidas na sua diversidade de fauna e flora.

A pr
unidades
mais genér
estadual e
rantida a c
de Preserv
somam cer
do municí
Preservaçã
as, em tom
protegidas
outros dip
manguezai
atlântica, v
mente inva
mente.

A Res
nha do Pira
nal da Lago
Dunas da
particularm
gleses e Sar

Floram

Criada para in
de conscientização
administrar as uni
vação em áreas pro
dunas, restingas, m
sos hídricos, visan
mananciais, encos
de interesse ambien
controle das ativida
agressão ao meio ar
não vem cumprind
e as invasões e a d
soltas na Ilha de S
diretor superinten
Rzatki - Chicão, q
gão neste ano, diz q
ram totalmente des
dou uma dívida de
a fornecedores e nã
estrutura para dese
vidades.

Ele destaca q
calização não possu
ção para o atendim



Chicão promete ações

Os: pouco a comemorar

islação ineficaz

Carijós e manguezais

o específica das
nservação, ou a
egislação federal,
ipal, não tem ga-
das APPs (Áreas
ermanente), que
12% da área total
s APLs (Áreas de
itada). Essas áre-
10.159 hectares,
ódigo Florestal e
legais, como os
ingas e a floresta
ndo sistemática-
ocupadas ilegal-

xtrativista Mari-
o Parque Nacio-
eri, o Parque das
da Conceição e,
as dunas dos In-
estão sendo ocu-

padas, sem que os órgãos de fiscalização desenvolvam ações necessárias para evitar tal situação. Mas há de se salientar a participação ativa do MPF (Ministério Público Federal) e Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente), autuando empresários, como o caso registrado na Estação Ecológica de Carijós, no norte da Ilha, que provocou um grande desmatamento de mata nativa e uma agressão ao meio ambiente e ecossistema. Não muito longe dali, na Praia Mole, o desmatamento em área de restinga, em janeiro deste ano, virou objeto de ação civil pública proposta pelo MPF e o empresário deverá recuperar a área de preservação permanente descaracterizada pelo procedimento em cerca de mil metros, sem licença dos órgãos ambientais.

A Estação Ecológica de Carijós abrange os manguezais de Ratoles e Saco Grande, numa área de 712,2 hectares, situado na maior bacia hidrográfica da Ilha, a bacia do rio Ratoles. Além de já ter sido muito afetado pelos problemas de desmatamento, assim como outros manguezais, certamente foi o mais atingido por obras de drenagem. Em 1949, o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) iniciou as obras de drenagem, através de canalizações de cursos d'água e construção de comportas para evitar entrada da água do mar, para "recuperar" 6 mil hectares de terras para a agricultura.

O manguezal do Saco Grande também é afetado pelos aterros ilegais. Toda a extensa área a leste da rodovia SC-401 foi aterrada e o mesmo processo continua ocorrendo a

oeste, onde o manguezal ainda se encontra relativamente bem preservado. não sofrendo o efeito isolador e de represa provocado pela rodovia. Os esgotos, sem nenhum tratamento, provenientes dos bairros Monte Verde e Saco Grande II, são a principal preocupação quan-

to à contaminação das águas.

O manguezal da Tapera tem sofrido redução de sua área principalmente em razão de drenagens para formação de pastagens e, mais recentemente, em função de aterros para a construção de moradias, tendo hoje uma área de 40 hectares.



Manguezal do Itacorubi também vem sofrendo com a urbanização

promete empenho

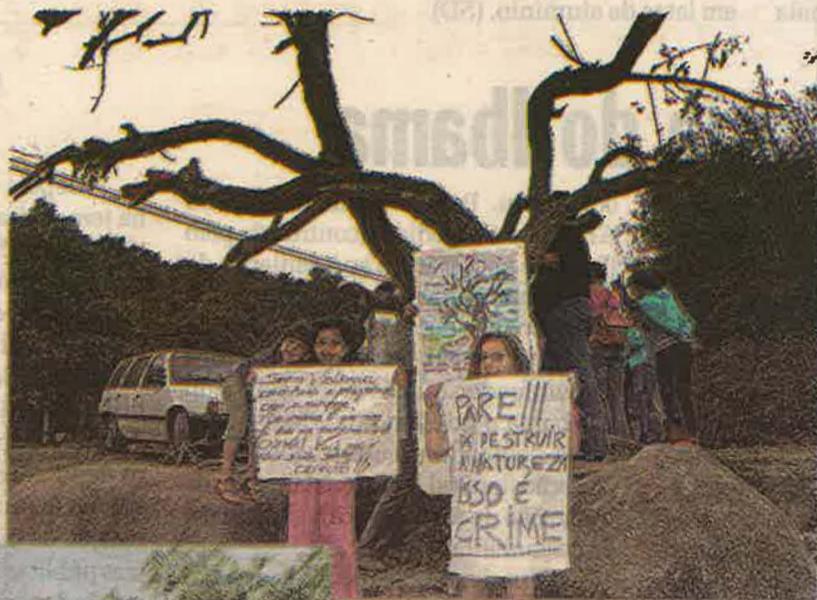
programas
fiscalizar e
de conser-
tais como
tais, recur-
roteção de
ntros bens
calização e
sadoras de
a Floram
a sua parte
ão correm
atarina. O
Francisco
miu o ór-
beu a Flo-
rada. Her-
mil junto
uma infra-
r suas ati-

das e sequer os fiscais dispõem de equipamentos de trabalho. "A Floram emitiu uma série de autos e multas no ano passado, mas engavetou todos. Assim, dá para ver a extensão do problema. Hoje, nosso quadro de fiscais já efetuou levantamento interno e a programação e já estamos com várias atividades. Criamos uma equipe de ação rápida, por determinação do prefeito Dário Berger (PSDB), e vamos fazer com que a população de invasores e devastadores sintam que estão correndo o risco de punição, ao contrário de outras administrações, que davam tempo de defesa", observa.

Chicão enfatiza que a fiscalização na Estação Ecológica Carijós ficou afeta ao Ibama e no que diz respeito às dunas de Ingleses. A situação já está consolidada e é necessário transferir aquela população para um outro local. Ali houve invasões de APPs e sobre um aquífero que fornece a água para todo o norte da Ilha. Esse aquífero já está em seu limite e o perigo de secar é iminente. Mas já estamos pegando pesado. Em pouco mais de um mês já desenvolvemos mais de 20 ações. Estamos deflagrando uma grande campanha, com a distribuição de mais de 100 mil panfletos para que a população seja nossa parceira e denuncie", complementou.

Sambaqui se organiza e pede providências

Nem só a gula dos especuladores provoca a degradação ambiental. Há vários casos de vandalismo que são registrados pelos órgãos ambientais. A comunidade do Sambaqui não silenciou e denunciou para a Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, enviando abaixo-assinado ao promotor Walmor Alves Morei-



Comunidade se uniu para reclamar depredação de árvores em Sambaqui

"Ficou comprovada a intenção e consciência de prática de ato criminoso por parte dos executantes ou mandantes, durante a madrugada de 24 de setembro do ano passado, destruindo uma dezena de árvores que orlam a praia. Trata-se de vegetação nativa em área turística de uso público, destacando aroeiras que serviam

para o descanso sombreado. Como membros da comunidade, nos preocupa-

mos pela imediata reparação do malefício para preservação da vegetação sobrevivente à depredação, impedindo a destruição total que oferece contenção natural à encosta formada pela principal via de acesso ao bairro", denunciou o jornalista e proprietário de uma pousada no bairro, Raul Longo.

ra, relatando o ato de vandalismo praticado contra a que era uma de suas mais preservadas praias, popularmente denominada Praia do Toló.



Raul Longo agilizou o abaixo-assinado enviado ao MP



as da Floram

CCJ aprecia vetos e novas proposições

Os vetos são analisados na Comissão que define pela sua manutenção ou rejeição, mas, independente da recomendação do relator, a decisão ocorre com votação em Plenário. Esse trâmite tem motivado inúmeros debates na CCJ.

Dezessete vetos parciais e totais foram mantidos. Apenas dois vetos foram rejeitados. O veto total ao PL nº 133/04, de autoria do deputado Francisco Assis, que determina a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de catarata congênita, em recém-nascidos, e o parcial ao PLC nº 12/04, de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), que trata de concessão de subvenções sociais às associações de bombeiros comunitários e voluntários, teve recomendação pela rejeição.

O governo do Estado após veto ao inciso 4º, do Artigo 1º, que determina que as associações de bombeiros que receberem exclusivamente o valor mínimo previsto na lei deverão perceber os valores obrigatoriamente antes das associações que eventualmente sejam contempladas com valores superiores. Dois tiveram decisão pela

remessa direta a Plenário.

A Comissão também analisou e aprovou as seguintes matérias:

- PEC nº 04/04, de autoria do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) e outros, que visa alterar o Artigo 120 da Constituição Estadual, parágrafo 5º, para dar ampla divulgação ao PPA (Plano Plurianual), Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. A Assembléia realizará audiência pública para divulgação e ao mesmo tempo sistematizar e priorizar as propostas de investimentos.

- PLC nº 20/04, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), que dispõe da concessão do mesmo benefício facultado ao magistério, aos servidores das administração direta, autárquica e fundacional. Proporciona o afastamento imediato, quando solicitado, assim que completar o tempo de serviço sem a necessidade de despacho conclusivo.

- PL nº 242/04, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), na forma original, com a supressão de emenda. A proposta prevê obrigatoriedade de selo higiênico onde houver contato com a boca, nas latas de refrigerantes, cervejas, sucos e alimentos envasados em latas de alumínio. (SD)

Instalada CPI da Escola do Teatro Bolshoi

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Escola do Teatro Bolshoi foi instalada no final da tarde de terça-feira (15) na Assembléia. Foram eleitos o presidente e o relator da Comissão, deputados Gelson Merísio (PFL) e Francisco Küster (PSDB), respectivamente. Os outros membros da CPI são os deputados Dionei Walter da Silva e Paulo Eccel, ambos do PT, Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), João Henrique Blasi (PMDB) e Sérgio Godinho (PTB).

Küster deverá apresentar o cronograma das atividades da CPI na próxima terça-feira (22), à tarde, após a sessão ordinária, conforme prazo estabelecido pelos demais membros. A Comissão terá prazo de 60 dias para investigar as denúncias dos ministérios públicos Estadual e Federal que apontam irregularidades na administração da Escola do Teatro Bolshoi, localizada em Joinville.

Eleição - Merísio foi indicado à presidência da CPI por unanimidade pela bancada do PFL. "Nosso partido tem uma posição políti-

ca isenta na Casa. Vamos apurar os fatos dando todo o direito de defesa aos envolvidos no processo", disse. Vieirão alegou que não se candidatava à presidência da Comissão porque era oposição ao atual governo. "Isso poderia dar margens a comentários de que o trabalho não teria isenção." Ele sugeriu que pelo menos um dos deputados do PT fosse eleito presidente ou relator. Eccel recusou a indicação alegando que ele e Dionei já

tinham presidido CPIs no ano passado e que todos os deputados deveriam passar por essa experiência. A indicação de Küster à relatoria foi feita por Blasi, líder do governo. O deputado Dionei solicitou ao presidente que conversasse com o presidente da Casa, deputado Julio Garcia, e pedisse mais estrutura para o trabalho da Comissão. "O ideal seria ter uma sala com computadores e telefones para que os assessores dos deputados façam os trabalhos ligados à CPI", disse Dionei. (MAP)



Merísio e Küster (em pé, cumprimentando-se), presidente e relator dos trabalhos

Portaria do Ibama

A Comissão de Constituição e Justiça realiza no próximo dia 22 audiência pública requerida pelo seu presidente, deputado Jorginho Mello (PSDB), para discussão da Portaria nº 44, do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Nacionais Renováveis). O ato determina a necessidade de ATPF (Autorização para Transporte de Produto Florestal). Na lista constam produtos como lenhas, palmitos, xaxins, óleos essenciais, entre outros, e ainda plantas ornamentais, medicinais e aromáticas (mudas, raízes, cipós, bulbos e folhas de origem nativa).

O que preocupa, segundo Mello, é a inclusão da erva-mate no rol de matérias-primas enumeradas pela portaria como garantia de proteção de extração indiscriminada, que acaba resultando na extinção de determinadas espécies. "Essa situação causa grandes transtornos aos produtores e comerciantes deste tipo de vegetação",

comentou. Para o fornecimento da ATPF, que é expedida e controlada pelo Ibama, é necessária a apresentação de documento aprovando o volume na exploração ou a declaração de venda do produto florestal. Isso requer os dados do comprador, que deve ser registrado no Ibama e no Plano de Manejo Florestal, contendo as autorizações de exploração florestal, de desmatamento, de utilização de matéria-prima florestal e de castanheira.

O parlamentar reconhece que o objetivo da Portaria 44 é salvaguardar espécies nativas do processo de extinção, mas argumenta que a erva-mate não sofre nenhum risco de extermínio com o cultivo e utilização comercial, uma vez que apenas sofre a poda de sua folhagem. Porém, o trâmite necessário para a aquisição do ATPF torna lento, caro e burocrático o transporte da erva-mate, prejudicando o produtor rural, principalmente o de pequeno porte. (SD)

Trabalho elege vice

Depois de eleger, na terça-feira (15), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) para a vice-presidência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida por Afrânio Boppré (PT), os deputados que a integram definiram a realização de três audiências públicas. A primeira, ainda sem data, vai discutir o plano de cargos e salários da Secretaria Estadual da Saúde, com a presença dos secretários estaduais da Saúde e da Administração, sindicalistas, Federação dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Saúde do Estado e Associação Catarinense de Enfermagem.

No dia 31 de março, às 14 horas, no Plenário, uma audiência solicitada pelo de-



Vieirão assumiu a vice-presidência

putado Paulo Eccel (PT) vai tratar da crise de gestão e do enxugamento do quadro funcional da Celesc. Serão convidados o presidente, Carlos Schneider e o coordenador do Sinergia, Sebastião Aurélio Marcos; o deputado federal Mauro Passos (PT/SC), e um representante do Tribunal de Contas do Estado. Em 4 de abril, audiência requerida deputado Boppré, discutirá os problemas ambientais

envolvendo o Parque do Rio Vermelho, em Florianópolis e o desmatamento e a poluição da Lagoa da Conceição. Convidados para o debate associações de moradores, Ministério Público, Fatma, Ibama, Polícia Ambiental e Fórum das Cidades. (RMPP)

Publicação de lei do Fundo Social não foi alterada

Uma confusão entre os textos da lei que criou o Fundo Social e do decreto para regulamentá-lo, publicado pelo governo, estampada em matéria publicada pelo jornal *Diário Catarinense*, edição do dia 16, acabou confrontando petistas e peemedebistas. De acordo com a matéria, o PT teria denunciado que o governo publicara o texto da lei diferentemente do que foi aprovado pelo legislativo no dia 11 de fevereiro. O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB) assegurou que o texto da lei não sofreu qualquer



Eccel defendeu o partido das acusações

modificação e foi ratificado pelo presidente da Casa, Julio Garcia (PFL).

Tanto Blasi quanto o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, censuraram a pretensa conduta dos petistas que teriam dado a informação ao

jornalista responsável pela notícia. O líder do PT, Paulo Eccel, rebateu a acusação, salientando que os reparos foram feitos ao texto do decreto, que apresentava erros, conforme o próprio secretário estadual da Fazenda, Max

Borholdt, confirmou ao jornal. Assegurou, então, que a informação não saiu do partido, considerando ter havido interpretação errônea pelo jornalista. "Deve ter havido uma interpretação errônea do jornalista. Falamos sobre a redação do decreto, que foi corroborada pelo secretário estadual da Fazenda, e não sobre a lei", explicou Eccel.

Julio Garcia (PFL) informou que, assim que foi comunicado sobre a matéria, determinou a averiguação imediata por parte do Departamento Parlamentar. "Recebemos a confirmação da diretora, através de documento, de que o que foi publicado é rigorosamente igual ao texto aprovado por esta Casa", assegurou Garcia. (CA)

Catarata congênita em recém-nascidos

O deputado Francisco de Assis (PT) voltou a defender, na sessão plenária do último dia 15, o Projeto de Lei 133/04, de sua autoria, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de catarata congênita em bebês recém-nascidos. O projeto foi vetado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, por considerá-lo inconstitucional, com o argumento de que só poderia ser elaborado pelo Executivo.

Assis informou que, na época, ele já sabia disso, porém, depois de vários debates com os parlamentares, o projeto conseguiu passar, dada a importância de seu conteúdo. Este exame é de extrema importância para diagnóstico precoce de doenças como catarata congênita e outras que podem levar à cegueira.

Ele leu trechos do ofício enviado pela Secretaria de Estado da Saúde, assinado pela secretária-adjunta da pasta, que ressalta que a matéria, apesar de inconstitucional,

é de grande relevância social. Entretanto, requer a utilização de recursos orçamentários para a sua implantação, já que seria necessária a aquisição de equipamentos específicos e treinamento especializado aos pediatras.

Para o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), o exame é tão importante quanto o teste do pezinho. "Sei que na CCJ o veto já foi derrubado e já antecipo que voto a favor do projeto e contra o veto." (TK)



Assis pede apoio para derrubar veto do governo

Godinho fala sobre a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China

Recentemente instalada em um escritório em Santa Catarina, a CCIBC (Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China) está trabalhando com a finalidade de facilitar as negociações entre empresários dos dois países, tendo na presidência o deputado Sérgio Godinho (PTB). O órgão tem como metas promover e divulgar a cultura brasileira e chinesa e intensificar o intercâmbio cultural e desportivo.

A Câmara foi fundada em 1986 e tem sua sede social localizada em São Paulo. Além disso, há mais 13 escritórios nas principais capitais brasileiras e outros sete em Pequim, Xangai e capitais de províncias chinesas.

Na mesma época da criação da CCIBC foram promovidos alguns eventos, como a Feira de Produtos Chineses, no Rio de Janeiro. Em 2002, foi a vez do Brasil promover produtos nacionais na China, com a realização da Feira Comercial do Brasil em Xangai. "O apoio do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da época,

Sérgio Amaral, liderando uma comitiva de 112 empresários, foi decisivo para sua realização", disse Sérgio Godinho, citando um trecho de um texto do diretor-executivo da CCIBC/SC, Mauro Viegas. "A partir dessa feira, novos nichos de exportação e importação foram desenvolvidos, envolvendo inclusive empresas médias brasileiras", completou.

A Câmara ajuda a orientar e informar empresas brasileiras e chinesas sobre como fazer negócios nos dois países e sobre legislação e regulamentos de ambas as nações. A CCIBC também produz certificados



Parlamentar deu detalhes sobre o trabalho

de origem de mercadorias brasileiras para exportação.

A China tem atualmente R\$ 1,3 bilhão de habitantes e uma classe média estimada em cerca de 350 milhões de pessoas. O país tem registrado altos índices de desenvolvimento econômico. Somente em 2004, sua economia cresceu 9%. (MAP)

Reeleição de prefeitos

Reavaliar o processo que envolve a reeleição dos prefeitos, considerando o grande número de cassações ocorridas no último pleito. Esta seria uma das mais urgentes questões a serem analisadas e revistas pelo Congresso Nacional, conforme avaliou o deputado Mauro Mariani (PMDB) em discurso na tribuna. A afirmação foi feita depois de Mariani ter lamentado o espancamento do prefeito de Campo Alegre, Renato Bahr, 70 anos, no último dia 9.

O parlamentar destacou que, somente na Regional de Mafra, composta por sete municípios, dos seis candidatos, cinco foram reeleitos e quatro foram cassados - três em primeira instância, aguardando julgamento pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral), e o outro já com processo na Justiça Eleitoral. "Não quero entrar no mérito

dessa decisão: Temos que fazer uma reflexão, porque da forma como está é quase inviável um prefeito disputar a reeleição. É preciso possibilitar aos prefeitos que se licenciem do cargo para concorrer." (RMPP)



Mariani pede reavaliação do processo

Reno cobra ações da prefeitura de Itapema

Preocupado com a queda no número de turistas, registrada na última temporada na praia de Itapema, o deputado Reno Caramori (PP) cobrou da prefeitura do município o início das obras do projeto de recuperação e alargamento da faixa de areia da praia. O projeto técnico de engenharia, com licenças ambientais, ficou pronto em 2001, informou. No ano seguinte, uma cópia do projeto foi entregue pelo próprio Caramori - autor da iniciativa - ao prefeito de Itapema, Clóvis José da Rocha (PFL), na presença de lideranças locais, como vereadores, clubes de serviços, empresários e imprensa. "Até hoje, a prefeitura não tomou providência alguma para o início da obra", reclamou.

O projeto teve custos enormes e exigiu meses de trabalho para o mapeamento da área.

Além de aumentar a faixa de areia, com a urbanização da orla, a execução da obra permitirá o desassoreamento do rio Perequê, tornando-o navegável e aumentando o fluxo de turistas. "É necessário construir dois molhes e a prefeitura deveria encabeçar esse movimento, mas o que se observa é que o prefeito não dá a mínima importância, não quer nada com a praia de Itapema e nem se importa com a debandada de turistas na última temporada".

A falta de saneamento básico e de água também foram apontados por Caramori como prejudiciais ao turismo. Os serviços foram municipalizados e depois terceirizados pela prefeitura. O parlamentar progressista, em 1999, também so-



Reno: "Prefeito não dá importância"

licitou o projeto de dragagem da enseada da Ponta do Engodo, concluído através da Cidasc, beneficiando pescadores da Colônia Z-19. (RMPP)

154 anos de Joinville

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), ocupou a tribuna no dia 10 para homenagear os 154 anos de Joinville, completados um dia antes. Ele destacou a cidade pela criação de 2.500 novos empregos no ano passado e o surgimento de 90 novas indústrias - 791 empresas voltadas para o comércio e 1.047 de prestação de serviços. Um crescimento de 8% nos postos de trabalho em 2004.

Dentinho registrou também o desempenho da balança comercial, que apresentou um crescimento superior a 217% em 2004, em comparação a 2003, proporcionando um saldo positivo de 45%. "No cenário nacio-



Deputado entrou na política na cidade

nal, Joinville contribuiu com 0,95% das exportações", comemorou, elogiando ainda a performance do comércio e a movimentação aeroportuária. (SD)

Boppré critica ação da Floram

Irregularidades em obra conduzida pelo irmão do prefeito da capital, Dilmo Berger, foram denunciadas na tribuna, em sessão plenária do dia 9, pelo deputado Afrânio Boppré (PT). A obra de cerca de 1.500 metros e localizada em um morro do bairro Coqueiros foi embargada depois de representação encaminhada ao Ministério Público Federal. "Ela gerou revolta e atropelou as constituições Estadual e Federal. Ele tinha recebido uma licença de 30 dias, emitida pelo Exército. Entretanto, quando começou as obras esta licença já havia expirado", informou Boppré, baseando-se em dossiê elaborado pelo seu partido.

De acordo com ele, o Iba-ma tinha detectado irregulari-



Boppré denunciou ação irregular

dades, por ser uma área de marinha, de proteção ambiental e ter restrições do Plano Diretor de Florianópolis. "Porém, em menos de um mês de governo do seu irmão (Dário Bereger - PSDB), o superintendente da Floram, Francisco Rzatki - o Chicão -, ex-vereador pelo PMDB, expediu a autorização sem a documentação necessária. Mais uma vez a assinatura da Floram vai com a caneta do PSDB e do PMDB. Quero saber qual é a intimidade, o vínculo dos partidos políticos com o desrespeito às questões ambientais. Isso é mais triste que o desmatamento na reserva de Carijós, norte da Ilha, onde famílias exerceram seu poder político". (DAB)

Novidades na campanha contra a baixaria na TV

Em uma pesquisa realizada em 2004, pela Campanha Contra a Baixaria na TV, foram recebidas 349 denúncias. A novela Senhora do Destino, da TV Globo, recebeu o maior número de reclamações - 20,7% - por forte apelo sexual, incitação à violência, horário impróprio e desrespeito às instituições públicas. De acordo com o líder do PT, deputado Paulo Ecel, 7% das denúncias foram relativas a programas regionais.

A campanha, denominada "Quem financia a baixaria é contra a democracia", tem uma grande novidade. Um dos maiores patrocinadores denunciados pela sociedade, a Casas Bahia, resolveu retirar gradativamente o patrocínio dos programas que financiam a baixaria. "Isso é bom porque mostra que está fazendo efeito. Foram ganhos principalmente na qualidade, até porque mexe no bolso dos grandes", disse Ecel. (GMP)

Servidores da Celesc

Em resposta ao pronunciamento do líder do PP, deputado Joares Ponticelli, sobre o impasse entre a direção da Celesc e os funcionários da empresa quanto a pagamento de benefícios, o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), informou que vai solicitar ao governo do Estado remessa de projeto de lei à Casa para regulamentar a questão. Ele informou, durante sessão plenária do dia 10, que o TCE (Tribunal de Contas do Estado) recomendou a suspensão do pagamento. Mas Carlos Rodolfo Schneider pediu, e foi atendido,

no apelo feito à instituição para restabelecer a operação com o aval da Procuradoria Geral do Estado, até decisão final do órgão fiscalizador das contas públicas.

O líder do governo enfatizou que o benefício é estendido aos servidores por serviços prestados desde a administração Pedro Ivo Campos. "Esta suspensão, por parte do Tribunal de Contas, já ocorreu em outros governos. É preciso dar uma solução definitiva para o caso, para o presente e para o futuro," alertou, em aparte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP). (RV)

Desapropriação de terras

A possibilidade de desapropriação das terras da Fazenda São Roque, localizada em Águas Sulfurosas, município de Correia Pinto, na divisa com Lages, Região Serrana do Estado, foi levantada pelo líder do PFL, deputado Antônio Ceron, na sessão ordinária de terça-feira (8). No dia 2, o parlamentar solicitou ao governo federal a revisão do decreto que declarou as terras para fins de reforma agrária.

Ceron leu o parecer do Incra, no qual as terras analisadas aparecem como impróprias para

a agricultura. "A temperatura da região é muito baixa, o relevo tem até 70% de declive, tornando as terras pouco produtivas, e o solo é pedregoso. O Incra sugere que a área seja aproveitada para reflorestamento, mas esta atividade só trará lucros daqui a 15 anos".

De acordo com o pefelista, até 60 famílias podem ser assentadas, mas terão que ter um constante trabalho de assistência, programas sociais, entre outras ações. "As terras pertencem hoje a 17 famílias, totalizando 1.268 hectares, o

que não caracteriza um latifúndio. Além disso, localiza-se a 45 metros do aeroporto regional (Correia Pinto), a 5 quilômetros do perímetro urbano do município e a 16 quilômetros de Lages. Portanto, está praticamente dentro do perímetro urbano, já que os proprietários pagam IPTU." Na sessão plenária do dia 10, foi vez do deputado Onofre Agosni (PFL) questionar a desapropriação. "Não concordo que essas terras sejam desapropriadas para serem entregues a pessoas que não merecem," afirmou Onofre. (DAB/TM)

Protocolo de Kyoto: a busca do desenvolvimento limpo

Magda Audrey Pamplona

A elevação do aquecimento do planeta, causada pela emissão de gases tóxicos na atmosfera, tem tornado cada vez mais necessária a adoção de políticas que reduzam esses números. Foi com esse objetivo que 84 países assinaram o Protocolo de Kyoto, em 1997, no Japão. Porém, o tratado só entrou em vigor há pouco menos de um mês, em 16 de fevereiro, quando a Rússia ratificou o compromisso, que soma agora 141 países signatários. Para entrar em vigor era necessário que o tratado reunisse os responsáveis por pelo menos 55% das emissões.

Trinta países industrializados estão sujeitos às metas de redução estabelecidas. Eles comprometeram-se a reduzir, até 2012, as emissões de dióxido de carbono (CO₂) em pelo menos 5%, em comparação aos índices registrados em 1990. Os países em desenvolvimento que ratificaram o tratado não têm metas a cumprir, apenas devem informar à ONU (Organização das Nações Unidas) seus níveis de emissão.

Porém, o Protocolo deixa uma brecha para que países industrializados não tenham que comprometer a atividade industrial com políticas que visem a diminuição de gases poluentes. Através dos MDLs (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) os países que têm metas a cumprir podem desenvolver projetos em países pobres ou em desenvolvimento para obter "créditos de carbono". Ou seja, eles cumprem suas metas contribuindo para a diminuição da emissão de gases tóxicos em outros países. Falando sobre o tema ao *AL Notícias*, o professor do Departamento de Botânica da Universidade Federal de Santa Catarina, João de Deus Medeiros, afirmou que o Brasil ainda não percebeu que é possível obter lucros com a venda de "créditos de carbono", ao invés de apenas sediar projetos de outros países.

AL Notícias: A compra de créditos de carbono pode ser uma forma de driblar o compromisso de redução de emissões?

João de Deus Medeiros: Pode não, é. É uma possibilidade que se costurou para que você tenha, a partir desses projetos de seqüestro de carbono, uma possibilidade de manter a atividade nos países que se comprometeram com a redução, de fazer isso sem colapso na atividade econômica deles. Isso é motivo de crítica, porque o Protocolo quase que se insurge como um salvo-conduto para continuar poluindo. Isso



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

é uma saída que tem que ser superada logo, porque numa visão ecossistêmica é inadmissível que você mantenha isso dentro de uma política de longo prazo. A estratégia do governo tem sido captar e, quando muito, estimular a captação de recursos para implementar projetos aqui. O Brasil e as empresas brasileiras não descobriram ainda, ou não estão acreditando, nessa potencialidade do Protocolo de Kyoto. Ao invés de apenas estar sediando espaço para um projeto da GM, por exemplo, o Brasil, as empresas brasileiras, poderiam estar colocando à venda na bolsa os créditos de carbono para a GM, GE, Nissan, etc, se procurassem, com recursos próprios, estabelecer projetos com empresas nacionais e os governos estaduais e federal. O país ganharia muito mais. O lado meio perverso do Protocolo, e que está acontecendo, é que essas grandes empresas estão investindo nesses projetos de seqüestro de carbono.

AL Notícias: A UFSC desenvolve algum tipo de projeto para tentar diminuir a emissão de gases?

JDM: Na UFSC há projetos muito isolados que eventualmente podem vir a contribuir de alguma maneira, mas não existe ainda um direcionamento ou uma política institucional voltada para o aprimoramento desses

mecanismos de desenvolvimento limpo. Isso é um problema não só da UFSC, mas do Brasil. A implementação, o desenvolvimento e a própria divulgação desses mecanismos e como as instituições de pesquisa poderiam estar contribuindo para a implementação desses projetos ainda estão muito deficitárias. Tanto é que, no Brasil, a maioria dos projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo que está em curso praticamente não contam com o envolvimento de universidades. Foi muito mais por conta de uma iniciativa direta de empresas européias, americanas ou nacionais com organizações não-governamentais. Isso é uma lacuna que precisa ser preenchida, até para que a gente possa melhorar esses projetos e fazer com que eles também tenham um retorno mais positivo para o

próprio país.

AL Notícias: De acordo com levantamento do Ministério da Ciência e Tecnologia feito entre 1990 e 1994, o Brasil é responsável por 3% das emissões globais de gases causadores do efeito estufa. Isso pode ser considerado normal para um país em desenvolvimento ou é muito?

JDM: Para um país em desenvolvimento isso é um percentual extremamente exagerado. No caso específico do Brasil, a maior parte desta emissão está associada, não com a atividade industrial, mas com a dificuldade do gover-

no brasileiro de fazer o controle, principalmente, das queimadas e desmatamentos. Quase 90% do total são oriundos das queimadas de florestas. A atividade industrial no Brasil é muito concentrada, basicamente na Região Sudeste. O grande vilão dessa história é a falta de controle principalmente na Amazônia. Uma queimada na Amazônia equivale, às vezes, a seis meses de atividade industrial. As queimadas não são apenas responsáveis pela excessiva descarga de CO₂, como também pela perda de biodiversidade. Além do Protocolo de Kyoto, o Brasil também é signatário da Convenção da Diversidade Biológica, assinada em 1992. E essa situação causa um duplo constrangimento. O Brasil passa a ter uma contribuição significativa com relação à emissão de CO₂. E, paralelamente a isso, está associado também com outro grave problema que é a falta de políticas públicas adequadas para garantir a conservação da biodiversidade.

AL Notícias: Como o Brasil pode contribuir para reduzir a emissão de gases?

JDM: Existe um absoluto consenso sobre a necessidade desse maior controle, principalmente com relação à expansão da atividade agrícola e pecuária na região da Amazônia Legal, que é hoje o foco principal, mas também não é o único. A relação é vinculada diretamente à expansão de atividade agrícola e pecuária, à exploração e extração ilegal de madeira. Aqui entram as queimadas e o pessoal que está implantando a cultura do soja, principalmente, e criação de gado. Simplesmente colocam fogo na floresta e é isso que está elevando esses índices de forma astronômica.

EFEITO ESTUFA

"O efeito estufa é a retenção de calor por gases presentes na atmosfera. Sem ele, o planeta Terra seria frio, sem condições para o desenvolvimento de vida. A excessiva quantidade de gases tóxicos emitidos retém muito calor, provocando o aquecimento acima do normal."

Acúmulo de Gases Emitidos

Raios Solares

Excesso de Calor

Duplicação da 101**Engenheiros apresentam projeto em Tubarão**

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Mirela Maria Vieira

Diante de mais de cem pessoas, representando empresários, comércio, indústria, associações de bairro, estudantes e lideranças políticas e comunitárias, o deputado federal Jorge Boeira (PT) assegurou que há recursos garantidos para as obras da duplicação da BR-101 até o fim. Os trechos onde há maior estrangulamento de tráfego devem ser finalizados em no máximo dois anos, principalmente os três pontos que dão acesso a Tubarão e seu entorno.

“O novo acordo do Brasil com o FMI (Fundo Monetário Internacional) vai permitir investimentos em obras de infra-estrutura. Temos um acordo com o ministro dos Transportes para finalizar em um ano e meio, no máximo dois anos, os três acessos do entorno de Tubarão”, disse o parlamentar na abertura de audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa. O evento reuniu a comunidade da região para apresentação dos projetos das obras pelos engenheiros do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura dos Transportes), no último dia 11, no auditório da Unisul, em Tubarão.

A solicitação foi do deputado estadual Vanio dos Santos (PT) e teve apoio dos gabinetes da senadora Ideli Salvatti (PT) e do deputado federal Jorge Boeira (PT) para sua realização.

“A duplicação vai alavancar o desenvolvimento de todos os setores. Todo o potencial desta região vai



poder ser aproveitado”, sintetizou Vanio, ao falar das conseqüências da duplicação. A senadora Ideli Salvatti convocou todos para manterem a vigilância e a fiscalização. “Queremos assegurar mecanismos de acompanhamento da obra, com base em parcerias com as polícias rodoviárias Estadual e Federal, por exemplo”, assinalou. De acordo com a senadora, esta é uma forma de assegurar que as obras sejam executadas com agilidade, atendendo aos requisitos de segurança e de qualidade que deixaram a desejar no trecho norte. “Este é um movimento que precisa ser suprapartidário”, enfatizou Vanio, endossado pelo deputado Joares Ponticelli (PP), presente ao encontro.



Primeiros canteiros de obras podem ser vistos no trecho Palhoça-Tubarão. Prazo para conclusão total do projeto é de quatro anos



Boeira, Vanio (em pé), Ideli, Ponticelli, Avani Aguiar e Cesar Flores

Complexidade

Dividida em nove lotes de duplicação e cinco para pontes, viadutos e passarelas, a obra estende-se por 342,5 quilômetros, entre Palhoça (SC) e Osório (RS), a custos de R\$ 1,1 bilhão, em sua totalidade, incluindo estradas vicinais, pontes – num total de 14 somente em Santa Catarina –, passarelas e viadutos. “Esta é uma obra que envolve questões muito complexas e que estão sendo analisadas com muito cuidado. Falamos aqui de uma estrutura para milhares de pessoas que moram, trabalham, produzem, vivem, dependem desta rodovia”, salientou o engenheiro Cesar Augusto Flores, responsável pela equipe que acompanha o desenvolvimento de todo o projeto.

Lote por lote, Cesar e seus colegas – engenheiros Avani Aguiar de Sá, Wagner Fabri e João José dos Santos, coordenador do DNIT em Santa Catarina –, mostraram num telão como a rodovia vai ficar, com detalhes das vicinais, passarelas e viadutos. No trecho entre Garopaba e Imbituba, a empresa vencedora da licitação valeu-se das técnicas em animação por computador, e os engenheiros apresentaram a platéia com imagens bem próximas da futura realidade.

“É nossa obrigação estar aqui, respondendo a questionamentos, mostrando o que está sendo feito. Estaremos disponíveis para isso sempre que formos requisitados pela comunidade”, disse João José, ao encerrar a apresentação. Algumas das principais dúvidas referiram-se à ligação da BR-101 com a SC-438, próximo ao trevo de Capivari de Baixo. Os técnicos asseguraram que as obras da duplicação deixarão pelo menos uma parte da estrutura pronta para que a ligação seja efetivada.

Outro esclarecimento recaiu sobre os trechos do Morro dos Cavalos (em Palhoça), Morro da Formiga (na região de Tubarão) e de Cabeçadas, a região das lagoas, em Laguna. Todos estão em processo de discussão e licitação por questões ambientais e envolvendo terras indígenas, como é o caso do Morro dos Cavalos. (MMV)



Representantes de todos os setores da sociedade organizada lotaram o auditório da Unisul



Além da duplicação, motoristas deverão rever a tradicional direção perigosa e imprudente